

**PRÁTICAS INCLUSIVAS NA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA
APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES SURDOS: UMA ANÁLISE LEGAL**
**INCLUSIVE PRACTICES IN ASSESSMENT AND MONITORING OF
DEAF STUDENTS' LEARNING: A LEGAL ANALYSIS**

INSS: 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-3

Maria das Dores Pereira de Sousa¹
Francisco José Lopes Cajado²

RESUMO

Este artigo empreendeu uma análise abrangente das práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos, examinando minuciosamente o arcabouço jurídico que fundamenta a inclusão educacional. A revisão de literatura abordou primordialmente a importância vital da inclusão, expondo as demandas educacionais específicas dos estudantes surdos, investigando as práticas inclusivas, e investigando de perto as leis relevantes que moldam o cenário. Por meio de uma avaliação crítica, destacou-se de forma significativa a importância da colaboração sinérgica entre profissionais, a adaptação flexível dos formatos de avaliação e a implementação pragmática de tecnologias assistivas. Apesar do progresso inegável alcançado até então, desafios substanciais perduram, com barreiras linguísticas e limitações de recursos como pontos críticos. As considerações finais sublinharam de maneira enfática a necessidade perene de contínuo aprimoramento e de uma colaboração contínua, alicerçada na finalidade de efetivar uma avaliação autenticamente inclusiva, abraçando a diversidade e potenciando um ambiente educacional igualitário e capacitar todos os estudantes a atingir seu pleno potencial.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão educacional, estudantes surdos, práticas inclusivas, legislação, avaliação.

ABSTRACT

This article conducted a comprehensive analysis of inclusive practices in assessing and monitoring the learning of deaf students, closely examining the legal framework that underpins educational inclusion. The literature review primarily addressed the vital significance of inclusion, elucidated the specific educational needs of deaf students, delved into inclusive practices, and scrutinized the relevant laws shaping the landscape. Through critical evaluation, the pivotal role of synergistic collaboration among professionals, the adaptable adjustment of assessment formats, and the pragmatic deployment of assistive technologies were prominently underscored. Despite undeniable progress achieved thus far, substantial challenges persist, with linguistic barriers and resource constraints being pivotal concerns. The concluding remarks emphatically underscored the perennial need for continuous enhancement and ongoing collaboration, grounded in the pursuit of an authentically inclusive assessment, embracing diversity, and empowering an equitable educational environment to enable all students to reach their full potential.

KEYWORDS: Educational inclusion, deaf students, inclusive practices, legislation, assessment.

¹ Licenciada em Pedagogia (UESPI); Especialista em Educação Infantil (UECE); Especialista em Neuropsicopedagogia (SEVEN/FAEME); Especialista em Atendimento Educacional Especializado (IESM) e Mestranda em Educação pela ACU - Absolute Christian University. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2877952311747748

² Licenciado em Biologia (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas (UECE); Especialista em Análises Clínicas (FUMG); Mestre em Engenharia de Pesca (UFC) e Doutor em Biotecnologia (UFC). Professor Colaborador da ACU - Absolute Christian University e Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH). **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7366500861439534

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um pilar fundamental na busca por uma sociedade mais igualitária e acessível, onde todas as pessoas, independentemente de suas habilidades e características individuais, tenham a oportunidade de participar plenamente da educação e do desenvolvimento pessoal (PICCOLO, 2023). No contexto educacional, uma das comunidades que merece atenção especial são os estudantes surdos. A garantia de uma educação de qualidade para esses alunos não apenas reforça seus direitos fundamentais, mas também enriquece o ambiente educacional, promovendo a diversidade e o respeito pela diferença.

Deste modo, este trabalho se dedicou a explorar as práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos. O foco principal está na análise das leis e regulamentos que orientam essas práticas, visando compreender como o enquadramento legal impacta a educação desses estudantes. Através dessa análise, o artigo buscou avaliar o progresso e os desafios enfrentados na busca pela educação inclusiva. Assim, o objetivo principal foi lançar luz sobre as barreiras enfrentadas por estudantes surdos no contexto educacional e examinar como as leis e regulamentos podem desempenhar um papel crucial na promoção de práticas inclusivas eficazes. Para isso, foram abordados tópicos como a legislação que protege os direitos educacionais dos estudantes surdos em nível nacional e internacional. Além disso, foram explorados os desafios específicos enfrentados durante os processos de avaliação e acompanhamento, considerando a diversidade linguística e as necessidades individuais desses estudantes.

Nesse sentido, este artigo pretendeu fornecer uma análise abrangente das estratégias e abordagens que têm sido adotadas para a promoção da inclusão educacional de estudantes surdos. Através da revisão crítica da literatura atual, foram apresentados exemplos

de melhores práticas que têm se mostrado eficazes na superação das barreiras existentes.

DESENVOLVIMENTO:

INCLUSÃO EDUCACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA

A inclusão educacional refere-se ao princípio fundamental de proporcionar a todos os alunos, independentemente de suas habilidades, origens étnicas, socioeconômicas ou características individuais, a oportunidade de participar plenamente do processo educacional em ambientes de aprendizagem que valorizem a diversidade e promovam a equidade (GAITAS, 2022).

A sua importância reside na capacidade de criar um ambiente de aprendizagem enriquecedor e equitativo, onde cada aluno é valorizado por suas contribuições únicas. A inclusão não apenas beneficia aqueles que têm necessidades especiais, como estudantes com deficiência, mas também enriquece a experiência educacional de todos os alunos, ao promover a compreensão, empatia e respeito pela diversidade (DOS SANTOS, 2020).

Desta forma, em um mundo em constante evolução, com mudanças tecnológicas, sociais e econômicas aceleradas, a inclusão educacional é essencial para capacitar os alunos com as habilidades necessárias para enfrentar desafios e oportunidades futuros. Portanto, a sua promoção não é apenas uma obrigação moral, mas também uma estratégia inteligente para construir um futuro mais igualitário, progressista e inclusivo para todas as gerações.

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

As necessidades educacionais específicas de estudantes surdos são únicas e requerem abordagens pedagógicas e recursos adaptados para garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A surdez pode variar em graus, desde perdas

auditivas leves até surdez profunda, e as necessidades educacionais podem diferir de acordo com a gravidade da perda auditiva, o momento em que a surdez ocorreu e a comunicação preferencial do aluno (ALMEIDA, 2022).

A língua de sinais, por exemplo, é uma forma vital de comunicação para muitos surdos. Acesso a intérpretes de língua de sinais ou educadores fluentes em língua de sinais é crucial para garantir a compreensão do conteúdo curricular (VEDOATO, 2020).

Desta maneira, tecnologias como amplificadores de som, sistemas de FM e dispositivos de legenda podem ser essenciais para melhorar a experiência educacional dos estudantes surdos, permitindo-lhes receber informações sonoras e verbais de maneira mais clara.

Para Da Silva Rodrigues et al (2020), alunos surdos que usam língua de sinais como meio de comunicação podem precisar de apoio específico para desenvolver habilidades de leitura, escrita e matemática em sua língua de sinais. Além disso, estudantes que usam comunicação alternativa ou tecnologia de comunicação aumentativa (como *tablets* com aplicativos de comunicação) requerem apoio técnico e treinamento.

Os métodos tradicionais de avaliação, como testes escritos, podem não ser adequados para alunos surdos. É importante desenvolver métodos de avaliação que considerem as habilidades linguísticas, visuais e cognitivas dos alunos surdos, proporcionando igualdade de oportunidades.

Deste modo, educadores que trabalham com estudantes surdos precisam de treinamento específico para compreender as necessidades linguísticas e comunicativas desses alunos, além de aprender estratégias para adaptar os materiais e métodos de ensino.

A socialização e interação com os colegas são importantes para o desenvolvimento de todos os alunos, incluindo os surdos. A inclusão em atividades extracurriculares, clubes e grupos escolares pode ser facilitada por meio de estratégias que promovam a comunicação e a interação (CARVALHO; OLIVEIRA, 2022).

Outro fator a ser destacado é o envolvimento da família, que vem a ser fundamental para o sucesso educacional destes estudantes. Assim, a colaboração entre a escola e a família ajuda a entender as necessidades individuais do aluno e a desenvolver um plano educacional adaptado.

Com isto, as práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento de estudantes surdos desempenham um papel fundamental na garantia de uma educação equitativa e de qualidade para todos os alunos. A inclusão não se limita apenas à presença física dos estudantes no ambiente escolar, mas também se estende aos processos de avaliação e acompanhamento, garantindo que cada aluno tenha a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e habilidades de maneira justa e acessível. A relevância dessas práticas inclusivas é abrangente e impacta diversos aspectos da educação (PEREIRA; CORDEIRO, 2020).

A acessibilidade é um dos princípios fundamentais das práticas inclusivas. A adaptação de materiais, a disponibilidade de intérpretes de língua de sinais e o uso de tecnologias assistivas garantem que os estudantes surdos possam acessar o conteúdo curricular e participar plenamente da avaliação (DE SOUZA BORGES, 2012).

Deste modo, as práticas inclusivas na avaliação contribuem para a construção da autoestima e motivação dos estudantes surdos. Quando eles percebem que seus esforços são reconhecidos e valorizados, tornam-se mais confiantes em seu aprendizado e mais motivados para alcançar resultados acadêmicos significativos.

Portanto, a educação inclusiva visa preparar os estudantes para a vida em uma sociedade diversa e complexa. Ao adotar práticas inclusivas na avaliação, as escolas capacitam os estudantes surdos com habilidades necessárias para enfrentar desafios e oportunidades futuros, incluindo situações de trabalho, estudo superior e interações sociais.

FUNDAMENTOS LEGAIS

No âmbito da educação inclusiva, a garantia dos direitos educacionais dos estudantes surdos é uma prioridade inegável. Através da exploração minuciosa das leis e regulamentos nacionais e internacionais, é possível compreender a base legal que respalda a busca por uma educação equitativa, acessível e de qualidade para esses estudantes.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada em 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, é um marco significativo no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo estudantes surdos. O artigo 24 da Convenção destaca o direito à educação inclusiva, reconhecendo a importância de garantir que estudantes com deficiência, incluindo aqueles com surdez, possam acessar o sistema educacional sem discriminação e em igualdade de oportunidades (ONU, 2006).

Em muitos países, a legislação nacional também é formulada para garantir os direitos educacionais dos estudantes surdos. Isso pode incluir leis que abordam o acesso à educação inclusiva, a formação de professores, o uso de tecnologias assistivas e a disponibilidade de recursos de apoio. Muitas vezes, as leis nacionais refletem as diretrizes estabelecidas em acordos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A exploração dessas leis e regulamentos revela um progresso significativo na garantia dos direitos educacionais dos estudantes surdos. No entanto, desafios ainda persistem, incluindo a falta de implementação consistente, a necessidade de formação adequada para educadores e a falta de recursos adequados para acomodar as necessidades específicas desses estudantes.

A adesão e implementação eficazes das leis e regulamentos são essenciais para concretizar os direitos educacionais dos estudantes surdos. Isso requer a colaboração entre governos, instituições educacionais, professores, famílias e organizações da sociedade civil. A conscientização, a defesa e o monitoramento contínuo

são componentes cruciais para garantir que esses direitos sejam respeitados e cumpridos.

A CDPD reconhece que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que todas as outras pessoas. Isso se aplica diretamente ao contexto educacional, garantindo que os estudantes surdos tenham o direito inalienável de acessar uma educação de qualidade em igualdade de condições. Além disso, ela enfatiza a importância da educação inclusiva para as pessoas com deficiência, incluindo os estudantes surdos. Ela reconhece o direito de todos os alunos a uma educação que respeite suas diferenças e necessidades individuais. Isso implica que as escolas devem adotar medidas adequadas para garantir que os estudantes surdos tenham acesso a um ambiente de aprendizagem acessível e adaptado (ONU, 2006).

A convenção destaca o direito das pessoas com deficiência a ter acesso a informações e comunicação em formatos acessíveis. No contexto educacional, isso se traduz na necessidade de adaptar materiais didáticos, disponibilizar intérpretes de língua de sinais e adotar tecnologias assistivas para garantir que os estudantes surdos possam participar plenamente das atividades educacionais.

Por outro lado, embora a CDPD tenha sido um avanço significativo para a promoção da educação inclusiva, ainda existem desafios na sua implementação. A adaptação de políticas educacionais, formação de professores e provisão de recursos adequados são questões que requerem atenção contínua. No entanto, a convenção também oferece oportunidades para a construção de sistemas educacionais mais equitativos e respeitosos com a diversidade.

DESAFIOS NA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A avaliação tradicional é um componente central do sistema educacional, mas para estudantes surdos, esse processo pode apresentar desafios significativos que afetam sua capacidade de demonstrar

seu verdadeiro potencial acadêmico. A análise dos desafios específicos que os estudantes surdos enfrentam durante esses processos de avaliação tradicional lança luz sobre a necessidade urgente de adotar abordagens inclusivas que levem em consideração suas características únicas (JESUS DE LELIS, 2023).

Um dos principais desafios enfrentados por estudantes surdos durante a avaliação tradicional está relacionado às barreiras linguísticas e comunicativas. A maioria das avaliações é baseada em linguagem oral e escrita, o que coloca os estudantes surdos em desvantagem, uma vez que a língua de sinais ou outras formas de comunicação alternativa podem não ser consideradas.

Os materiais de avaliação muitas vezes não são adaptados para atender às necessidades visuais dos estudantes surdos. Isso pode incluir gráficos, imagens, vídeos ou outros recursos visuais que facilitariam a compreensão do conteúdo. A falta de adaptação dos materiais pode levar a uma interpretação incorreta das perguntas e prejudicar o desempenho do aluno.

A leitura de textos escritos pode ser mais demorada para estudantes surdos, especialmente aqueles que dependem da língua de sinais como meio de comunicação (DE GÓES, 2020). O tempo insuficiente para ler e compreender o conteúdo da avaliação pode afetar negativamente sua capacidade de responder às perguntas de maneira completa e precisa. Para os que usam a língua de sinais, a dependência de intérpretes para traduzir o conteúdo da avaliação pode ser desafiadora. Os intérpretes precisam captar nuances e transmitir informações com precisão, o que pode ser complexo em contextos educacionais. A interpretação inadequada pode resultar em respostas incorretas.

Os desafios enfrentados durante a avaliação tradicional podem ter impactos no bem-estar psicossocial dos estudantes surdos. Sentimento de frustração, ansiedade e baixa autoestima podem surgir quando os alunos percebem que não têm igualdade de

oportunidades para demonstrar seu conhecimento (DE GÓES, 2020).

Desta forma, a análise desses desafios ressalta a importância da adoção de abordagens inclusivas na avaliação de estudantes surdos. Estratégias que considerem suas necessidades linguísticas e comunicativas, adaptem os materiais de avaliação, ofereçam tempo adequado e minimizem a dependência de intérpretes são fundamentais para garantir uma avaliação justa e precisa.

PRÁTICAS EXITOSA EM SISTEMAS EDUCACIONAIS

Vários sistemas educacionais ao redor do mundo têm se esforçado para implementar práticas inclusivas na avaliação de estudantes surdos, reconhecendo a importância de garantir igualdade de oportunidades e acessibilidade.

A Finlândia é conhecida por seu sistema educacional progressista e inclusivo. Para estudantes surdos, as avaliações são adaptadas para considerar suas necessidades individuais. Intérpretes de língua de sinais são disponibilizados durante as avaliações escritas e orais, e os materiais são adaptados visualmente para garantir compreensão (BASTOS, 2017). Além disso, os estudantes podem escolher entre diferentes formatos de avaliação, como provas orais, apresentações visuais e projetos práticos.

Nos Estados Unidos, o *Individuals with Disabilities Education Act* (IDEA) exige que os estudantes surdos recebam avaliações apropriadas às suas necessidades. Isso inclui a disponibilidade de intérpretes de língua de sinais, a adaptação de materiais e a utilização de tecnologias assistivas. Algumas escolas também adotam avaliações baseadas em portfólios, onde os estudantes podem demonstrar suas habilidades através de projetos e trabalhos práticos (TANIGUTI, 2022).

A Austrália tem se esforçado para garantir que os estudantes surdos tenham acesso igualitário à educação e avaliações. Algumas escolas implementam a "Auslan",

que é a língua de sinais australiana, como uma língua de instrução e comunicação (ARAÚJO, 2022). Além disso, os professores são treinados para usar estratégias de ensino e avaliação que se alinham às necessidades dos estudantes surdos.

Já na Noruega, as escolas estão adotando práticas inclusivas que consideram as necessidades linguísticas dos estudantes surdos. Intérpretes de língua de sinais são usados durante as avaliações, e os materiais são adaptados para serem visualmente acessíveis (BASTOS, 2017). Além disso, as escolas promovem avaliações formativas, que focam na aprendizagem contínua e no desenvolvimento de habilidades, ao invés de avaliações puramente sumativas.

No Japão tem investido em tecnologias assistivas para avaliar estudantes surdos. Além do uso de intérpretes de língua de sinais, as escolas estão incorporando legendas em vídeo e dispositivos de comunicação alternativa durante as avaliações. Isso garante que os alunos possam participar plenamente de avaliações multimídia (TANIGUTI, 2022).

Esses exemplos ilustram como diferentes sistemas educacionais estão adotando práticas inclusivas na avaliação de estudantes surdos. Essas abordagens não apenas reconhecem as necessidades individuais dos alunos, mas também demonstram um compromisso com a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo à educação.

Entretanto, a implementação de práticas inclusivas na avaliação de estudantes surdos varia entre os sistemas educacionais ao redor do mundo, refletindo diferentes abordagens e prioridades.

Embora haja variações nos sistemas educacionais, a tendência global é reconhecer a importância das práticas inclusivas na avaliação de estudantes surdos. A colaboração entre professores, intérpretes e outros profissionais é uma característica comum em todos esses sistemas, destacando a necessidade de considerar as necessidades individuais dos alunos para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos, este trabalho, adotou uma abordagem que combina extenso levantamento bibliográfico com a exploração de bibliotecas digitais e buscadores na rede mundial de computadores. Essa escolha metodológica decorre da natureza exploratória do estudo e da necessidade de compreender a evolução das práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos, com foco nas leis e regulamentos que embasam essas práticas conforme Gil (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explorou práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos, focando em implicações legais e regulamentares da educação inclusiva. A revisão de literatura abordou a importância da inclusão educacional, necessidades específicas de estudantes surdos, práticas inclusivas na avaliação, leis nacionais e internacionais relevantes, além de desafios da avaliação tradicional. A promoção de práticas inclusivas é crucial para garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos, reconhecendo diversidade de habilidades e estilos de aprendizado. Legislações e regulamentos são fundamentais para estabelecer direitos educacionais e recursos adequados.

Portanto, a análise das práticas inclusivas destaca colaboração entre professores, intérpretes e outros profissionais, criando ambiente que valoriza necessidades individuais, adapta avaliações e oferece suporte linguístico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.G. de S. O direito a inclusão do surdo na escola regular. *Gestão & Educação*, v. 5, n. 09, p. 46 a 59-46 a 59, 2022.

ARAÚJO, A.C. de et al. Competências digitais, currículo e formação docente em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, 2021.

BASTOS, R.M.B. O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. **Revista brasileira de Educação**, v. 22, p. 802-825, 2017.

CARVALHO, C.S.L.; OLIVEIRA, R.S. Surdos no Ambiente Escolar: Uma Análise Sobre os Níveis de Interação Entre os Alunos em Sala de Aula. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 3, p. 125-137, 2022.

DA SILVA RODRIGUES, C.M.; THIENGO, E.R.; DA PENHA, N.M. O uso da libras no processo de ensino e aprendizagem da matemática a estudantes surdos: elemento definitivo ou potencializador? **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, v. 10, n. 28, p. 1-15, 2023.

DE SOUZA BORGES, A. Os **Direitos Fundamentais do Portador de Deficiência**: entre o reconhecimento e o estigma, Dissertação de mestrado, Brasília, 2012.

DE GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Ed. Autores Associados, 4ª ed, São Paulo, E-book Kindle , 2020.

DE JESUS LELIS, D.A. **Caminhos da Educação: debates e desafios contemporâneos**. Volume 7. Editora Dialética, 2023.

DOS SANTOS, N.D.M.; DE MELO REIS, N.M. Contribuições da Terapia Ocupacional para o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. **Pedagogia em Ação**, v. 14, n. 2, p. 6-29, 2020.

GAITAS, S.; CARÊTO, C. Educação inclusiva e as (insuperáveis?). **Fronteiras da organização escolar**. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. e1816, 2022.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos**. Editora Atlas S.A., Edição: 5., São Paulo, 2017.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

PEREIRA, B. da S.R.; CORDEIRO, A.F.M. As atribuições do “Docente de apoio à integração” para a inclusão do estudante com deficiência na educação básica na província de Córdoba, Argentina. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-22, 2020.

PICCOLO, G.M. Por que devemos abandonar a ideia de educação inclusiva. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e260386, 2023.

TANIGUTI, G. Internacionalização das ciências sociais. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 1, 2022.

VEDOATO, S.C.M. A formação em Libras de professores que atuam no contexto educacional bilíngue com alunos surdos. **Revista Educação, artes e inclusão**, v. 16, n. 3, p. 245-265, 2020.